

A. I. N° - 298621.0005/05-5
AUTUADO - PAULO PINTO COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - ERIVALDO DE LIMA SILVA
ORIGEM - INFAZ SERRINHA
INTERNET - 08.09.2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0302-04/05

EMENTA: ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 30/03/2005, exige ICMS no valor de R\$ 12.491,83, em razão da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de produtos não registrados.

O autuado, através de advogado, ingressa com defesa às fls. 327 a 330, na qual apresenta uma extensa lista de notas fiscais, alegando que foram desconsideradas pelo autuante, apesar de se encontrarem devidamente registradas nos respectivos livros de escrituração fiscal. Eis a relação das notas:

NF 4818, que indica o valor de R\$ 372,61, afirmando que fora registrada em dois lançamentos no livro RE n° 35, fl. 37, com o n° 48187;

NF 179464, que aponta o valor de R\$ 729,00, alegando que fora registrada pelo n° de referência 85690, no referido livro RE, fl. 40;

NF 179465, que corresponde ao valor de R\$ 220,00, registrada no mesmo livro e folha mencionados no item acima, com n° de referência 85692;

NF 179466, que aponta o valor de R\$ 2.200,00, registrada no mesmo livro e folha da nota mencionada acima, com n° de referência 85693;

NF 179467, que indica o valor de R\$ 640,00, registrada também no mesmo livro e folha das três anteriores, com n° de referência 85691;

NF 110172, que prescreve o valor de R\$ 1.737,72, registrada no mesmo livro, às fls. 47, com n° de referência 45318;

NF 282306, que corresponde ao valor de R\$ 575,16, registrada no mesmo livro, às fls. 62, com o n° 202306;

NF 5171, que prevê o valor de R\$ 318,19, registrada no livro RE n° 11, às fls. 44 da filial 05;

NF 91149, que aponta o valor de R\$ 502,84, registrada no livro RE n° 35, às fls. 84, com o n° 691149;

NF 201651, que corresponde ao valor de R\$ 2.010,00, registrada no livro RE n° 35, às fls. 90;

NF 146873, que prescreve o valor de R\$ 1.300,80, registrada no livro RE nº 35, às fls. 93, pelo nº do formulário 148911;

NF 933526, que prevê o valor de R\$ 1.425,79, registrada no livro RE nº 36, às fls. 02, como o nº 533526;

NF 933527, que aponta o valor de R\$ 725,95, registrada no livro RE nº 36, às fls. 09, com o nº 933527;

NF 794237, que indica o valor de R\$ 719,08, registrada no mesmo livro das duas notas anteriores, às fls. 07;

NF 645128, que corresponde ao valor de R\$ 4.045,30, registrada no mesmo livro, às fls. 20, com o nº 650249;

NF 652651, que aponta o valor de R\$ 780,57, registrada no mesmo livro, às fls. 35, com o nº 65265;

NF 818837, que prevê o valor de R\$ 1.985,80, registrada no mesmo livro, às fls. 41;

NF 103157, que indica o valor de R\$ 1.164,50, registrada no mesmo livro, às fls. 42;

NF 204158, que prescreve o valor de R\$ 1.363,07, registrada no mesmo livro às fls. 55;

NF 26936, que aponta o valor de R\$ 259,12, registrada no mesmo livro às fls. 56;

NF 81510, que corresponde ao valor de R\$ 344,69, registrada no mesmo livro, às fls. 57;

NF 18722, que indica o valor de R\$ 907,25, registrada no mesmo livro, às fls. 91;

NF 33669, que prevê o valor de R\$ 1.455,94, registrada no mesmo livro, às fls. 97;

NF 19705, que corresponde ao valor de R\$ 372,30, registrada no mesmo livro, às fls. 98;

NF 147890, que aponta o valor de R\$ 940,00, registrada no mesmo livro, às fls. 104, com o nº 241531;

NF 50932, que prescreve o valor de R\$ 788,38, registrada no mesmo livro, às fls. 110.

Acrescenta que as notas fiscais de nºs 000472 e 072192, relativas à aquisição do produto “arroz”, comprovam a incidência de uma alíquota de 17%, em que pese a previsão legal ser de 7%.

Por derradeiro, alega que a nota fiscal de nº 134965/CL 01, não deve ser cobrada da empresa, sob a justificativa de que o CFOP de nº 1949 diz respeito à Paralela Distribuidora de Alimentos e Representação Ltda.

Ante ao exposto, solicita à Repartição Fazendária que proceda à devida reforma da autuação, a partir do reconhecimento de que a empresa, efetivamente, registrou as notas fiscais no Livro de Registro de Entradas.

O autuante presta a informação fiscal às fls.429 e 430, nos seguintes termos:

Inicialmente, admite que algumas notas fiscais foram incluídas indevidamente, apresentando como causa o fato de a empresa ter escriturado as notas fiscais de forma dissonante ao que determina a legislação tributária.

Ressalta que, apesar de ter realizado alterações no demonstrativo de débito a partir dos dados fornecidos pelo autuado em sua impugnação, não foram acolhidas as alegações tocantes às notas fiscais de nºs 5171 e 645.128, por se encontrarem em desacordo com os requisitos mínimos exigidos para a sua identificação no registro dos respectivos livros de entrada.

Assevera que o representante do autuado ignora que o imposto é apurado e cobrado por estabelecimento, lembrando que, no caso em tela, somente é objeto de fiscalização a matriz. Acentua que, no momento em que um documento fiscal deixa de ser escriturado no estabelecimento a que se destina, e é escriturado em outro, repercute sobre os resultados de apuração de ambos.

Frisa, ademais, que não restou comprovada a afirmação de existência do frete CIF, porquanto não foram juntadas as cópias das notas fiscais aludidas.

Observa que o representante da empresa desconhece o disposto no artigo 2º, §3º, IV, do RICMS/BA, transcrevendo-o, informando que a alíquota básica prevista é de 17% e que a discussão é relacionada apenas ao valor contido deixado de ser registrado e não ao produto.

Por fim, alega que o representante do autuado não sabe que o CFOP 1.949 a ser registrado pelo adquirente, é o que identifica a natureza da operação e que não percebera que a identificação do destinatário prevista na respectiva nota fiscal indica o seu próprio representado.

Com arrimo nas alegações expostas, declara manter em parte o lançamento do crédito tributário, salientando que procedera às alterações reclamadas pelas novas informações fornecidas pelo autuado.

O autuado se manifesta quanto à informação fiscal prestada pelo autuante, às fls. 436 a 438, expondo os seguintes argumentos:

Em princípio, no que se refere ao frete CIF, faz a seguinte indagação: “como pode o fisco considerar presunção legal de omissão de receita, uma vez que frete CIF não é pago pelo destinatário e sim pelo emitente?”, comunicando que juntou à presente peça as cópias correspondentes às notas fiscais relacionadas.

Sustenta que a nota fiscal de nº 05171, de 14/08/2002, foi registrada no registrado no RE da filial 05 e que chegou com o endereço errado, seguindo em anexo cópia da carta de retificação emitida pela empresa remetente. Com relação às demais notas fiscais não registradas, declara que dizem respeito a mercadorias não solicitadas que não foram sequer recebidas pela empresa.

VOTO

Verifica-se da análise dos elementos constantes nos autos que, em momento algum, o sujeito passivo ficou impedido de exercer a ampla defesa e o contraditório, pois na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no artigo 39, do RPAF.

No mérito, o Auto de Infração exige ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, conforme notas fiscais capturadas através do CFAMT, com demonstrativo de fl. 09 a 12 e notas fiscais de fls. 265 a 323 do PAF.

De acordo com § 4º do artigo 4º, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 8.542 de 27/12/02:

“O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”.

O sujeito passivo insurge-se parcialmente, sob o argumento de que várias notas fiscais, discriminadas no relatório acima, estariam devidamente escrituradas nos seus livros fiscais, o que em consequência, na informação fiscal, o auditor fiscal autuante excluiu-as do levantamento, conforme planilhas de fls. 431 a 432, do que resultam o ICMS de R\$ 1.466,28 e de R\$ 6.062,01

relativos a 2002 e 2003, respectivamente. o que acato pois devidamente comprovada a regularidade das entradas daquelas mercadorias.

Contudo, devido à juntada de novos documentos pela empresa de fls. 439 a 449 do PAF, concluo que devem ser excluídos da exigência, a nota fiscal nº 5171, pois a Carta de Correção e a cópia do livro Registro de Entrada apresentadas, atendem ao dispositivo no § 6º do art. 201 do RICMS/97.

Também devem ser excluídos os CTRE nºs 14193, 13705, pois o valor do frete foi assumido pelo remetente (frete CIF). Assim o demonstrativo de débito passa a ser o seguinte:

DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	B. CÁLCULO	ALIQ %	MULTA %	VALOR ICMS
31/12/2002	31/12/2002	8.625,17	17	70	1.466,28
31/12/2003	31/12/2003	35.658,88	17	70	6.062,01
TOTAL					7.528,29

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM, PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 298621.0005/05-5**, lavrado contra **PAULO PINTO COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.528,29**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de agosto de 2005

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA/PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR